

# Sustentabilidade e turismo: um debate sobre as possibilidades do desenvolvimento do turismo sustentável

Célia R. Russo<sup>1</sup>

## Resumo

O principal enfoque deste artigo se situa entre os pólos da prática, que debate e participação da cidadania em longo prazo, e da ciência, que procura produzir ensaios que identifiquem os problemas e ofereçam medidas concretas para resolvê-los. Introduzindo o Desenvolvimento Sustentável como conceito articulado em todas as dimensões, fez-se uma reflexão sobre a Educação Ambiental e o Turismo já que procuram proporcionar novas visões sobre antigos problemas. Dialogando sobre temas como Agenda 21, Certificações Ambientais e as atribuições imediatas do Turismo, este artigo abordou temas importantes para aclarar a substantiva contribuição da Educação Ambiental na implantação do Turismo Sustentável, e para tanto, partiu-se das postulações sobre a ideologia da sustentabilidade nas relações do sistema do turismo exposto por Beni (1998).

**Palavras-Chave:** turismo, cidadania, cultura, agenda 21, pesquisa.

## Abstract

SUSTAINABILITY AND TOURISM: A DEBATE ON THE POSSIBILITIES AND DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE TOURISM. The main focus is placed between the poles of practicality, which debates the citizenship participation at long term, and the science, which looks forward to producing trial which may identify of the Sustainable Development. However it is an articulate concept in all the directions, this articles tries an approach about Environmental Education and a Tourism and make a discussing issues as Action 21, Environmental Certification and Tourism's immediate attributions to looking for a debate of the Sustainable Tourism, seeing that the ideology of the sustainable ability in the tourism system's relations must be consolidated first, as exposed by Beni (1998).

**Key words:** tourism, citizenship, culture, action 21, research.

## Desenvolvimento sustentável e turismo - conceito e origem

O conceito de desenvolvimento sustentável originou-se das preocupações lançadas na Reunião ONU de Estocolmo para o Meio Ambiente em 1972. Naquela época, já se cogitavam as urgências de medidas contra a escassez dos recursos naturais em escala global, tais como água potável, aquecimento global e por conseqüência ar puro, solo com qualidade para o plantio e produção de alimentos, mediante o excesso de lixo urbano acumulados pela larga escala do crescimento e expansão das manchas urbanas, e o desmesurado consumo de bens materiais.

Em Le Preste (2000), encontram-se delineados os paradigmas do que, então, chamou-se desenvolvimento durável, desenvolvimento econômico pautado pela justiça em um planeta habitável pelas gerações atuais e futuras.

Percebiam-se dois problemas de escala mundial a serem sanados: o aumento vertiginoso da pobreza e da degradação

ambiental proporcionados pelo modelo de crescimento econômico com bases no capitalismo neoclássico que, por sua vez, propiciou o círculo vicioso entre ambos (Sachs, 1993).

Conforme Sachs, o que importava enfatizar era a viabilidade de alcançar aqueles dois objetivos em termos de capacidade de carga global do planeta, presumindo-se sua gestão racional. Já em 1976, uma equipe latino-americana, fundamentando-se em importante estudo baseado num modelo global (Herrera et alli, 1976 apud Sachs, 1993) chegou a essa conclusão, confirmada por simulações do Instituto Internacional de Análise Sistêmica Aplicada – IIASA (Shaw et alli, 1991 apud Sachs, 1993). Os problemas da pobreza e do meio ambiente, muitas vezes degradados pelas guerras poderiam ser sanados e evitados.

*Não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Conclui-se assim, que os obstáculos são sociais e políticos (Sachs, 1993).*

<sup>1</sup> Universidade do Grande ABC – UniABC - Avenida Industrial, 3330 Santo André – SP, CEP. 09080-501 celiarusso@terra.com.br

Para a economia, é fundamental internalizar os valores ambientais para aumentar a capacidade de carga dos mesmos. A origem da idéia de desenvolvimento sustentável e Agenda 21 se deu a partir dos resultados revelados pelo relatório Nosso Futuro Comum (Comissão Brundtland, 1991), cujos esforços foram medidos entre 1972 e 1987. A partir de então, considerou-se a emergência do reordenamento das prioridades das esferas ambiental, econômica e social no mundo. Naquela época, entendeu-se que havia a possibilidade de ações em comum no plano mundial, derivando para a então conhecida Agenda 21 (ou Action 21 como é denominada internacionalmente), que, resgatando o conceito de agenda, entendeu a urgência de medidas a curto, médio e longo prazos, reinventando a governança global, nacional e local, posto que, a economia, as questões relacionadas ao emprego, salário, dignidade e qualidade de vida, pudessem ser equacionadas pelas parcerias entre governos, ONGs, setor privado, comunidades acadêmicas e científicas. Entretanto, o único defeito da agenda elaborada às vésperas do Século XXI foi não ter rompido com as questões do *status quo*.

Como um dos produtos finais da Rio 92, a Agenda 21 propõe um amplo diálogo entre os pares sociais visando ao alcance de prioridades definidas pelas bases das diversas comunidades locais. Contendo 40 capítulos, a Agenda 21 Global é matriz para as Agendas 21 Nacionais e Locais. No caso a brasileira, dispõe em seu capítulo 36 a necessidade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis, posto que, como alavanca para alcançar a meta máxima do desenvolvimento sustentável, pode proporcionar através de seus métodos, o exercício da cidadania, o diálogo e o enfrentamento dos problemas locais tendo por alicerce a história e a democracia já consagradas na legislação brasileira pertinente ao tema (Lei Federal 9795/99).

Compreendendo também que a pobreza, viver com menos de US\$ 1,00 por dia, iria se alastrar pelo mundo, e que, o modelo de desenvolvimento capitalista não abrangia o conceito de desenvolvimento real em seu mais amplo sentido, a Agenda 21 escrita na Conferência Rio 92, se propôs a erradicá-la a partir de metas ambientais a serem alcançadas em médio prazo. Tais metas, provenientes de acordos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, tais como Suécia, Alemanha, Dinamarca e Brasil, desenvolveu investimentos de 0,7% do PIB daqueles países em ações coletivas em projetos de despoluição (tal como o rio Tietê) e campanhas e

projetos de Educação Ambiental (como o Mico-leão-dourado) que envolvessem ONGs e comunidades definitivamente excluídas do processo de desenvolvimento, ou seja, pobres!

De acordo com Gutierre (2002) a Agenda 21 é um compromisso moral dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, na medida em que procura minimizar os danos ambientais causados nestes países por força dos modelos de colonização que, na América do Sul, revelou-se espoliativo e degradador pela extração de riquezas naturais tais como o Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*) e ouro, entre outros.

Para o Turismo, enquanto administração de negócios, a idéia de desenvolvimento sustentável deve envolver instituições tais como empresas, operadoras, agências e ONGs em parcerias que auxiliem ao viajante a adotar serviços que valorizem e invistam em comunidades locais e tentem minimizar os impactos ambientais e culturais classicamente promovidos pelas atividades turísticas (Mastny, 2002). Entretanto, como forma de desenvolvimento econômico, o Turismo tem suas peculiaridades que devem ser observadas, e por isso, Mastny (2002) aponta para a utilidade de reflexão sobre a Agenda 21 do Turismo escrita em 1996 pela OMT e WTTC (Organização Mundial do Turismo e Conselho Mundial de Viagens e Turismo, respectivamente).

Patrocinada pela indústria turística, a Agenda 21 do setor colocou uma ênfase significativa na auto-regulamentação, ao tempo em que continua a sustentar o papel dominante de mercados abertos e competitivos, privatização e desregulamentação no encorajamento do turismo. Faz pouca referência à supervisão governamental direta ou instrumentos internacionais como impostos turísticos. Ademais, embora muitos esforços envolvam uma mudança em direção à sustentabilidade ambiental, há uma menor propensão em incorporar necessidades sociais e culturais, incluindo o enfoque sobre questões de mão-de-obra e emprego, proteção de culturas e maximização de elos com economias e comunidades locais (Mastny, 2002).

Em síntese, governos e comunidades locais não se encontram na Agenda 21 do Turismo. Todavia, para que haja sustentabilidade, a prioridade é reorientar o padrão de consumo em todas as esferas. Além disso, é mais do que necessária a participação da população fixa, como também dos trabalhadores do turismo. Mais que isso, é necessário que os governos, não só por seus instrumentos econômicos, mas também, por sua inquestionável contribuição oferecida

pelos institutos de pesquisas, ofereçam parâmetros, ambientais ou não, para um planejamento coerente.

Assim, muitos documentos acadêmicos seguem refletindo sobre os turistas (apontados como os principais causadores dos impactos), pois, pode-se consumir cultura, paisagens, como também, aprender novas formas de solucionar problemas observando o folclore e as culturas tradicionais, posto que, o homem da terra (ou comunidades tradicionais) em sua simplicidade, antes observa o movimento da natureza pela força das estações do ano e, então, compõem seus cardápios, menus e utensílios domésticos que, para o homem urbano, são mais do que fonte de suavidade e alegria, mas antes, supõem o resgate da finalidade inicial do turismo exposta por Margarita Barreto (2000), a saber, educação do espírito humano, até que medidas mais abrangentes e eficazes sejam mais conseqüentes sobre o tema.

## **Turismo e meio ambiente - as questões cruciais sobre os impactos**

O turismo vem percebendo um aumento considerável sobre as demandas relacionadas às áreas consideradas como paraísos naturais, e, por conseguinte, numa relação intrínseca derivada do próprio mercado emergente neste ramo, encontra paraísos naturais em conseqüência da demanda gerada pelo inquestionável estresse urbano.

Como atividade de mercado, o Turismo é a atividade menos regulamentada do mundo (Mastny, 2002), e na justa medida do consumo dos passivos ambientais (ou externalidades das atividades turísticas), os problemas relacionados na ampla literatura sobre o tema identifica o consumo exagerado de energia como a origem da poluição dos mananciais entre outros bens naturais, e como não poderia deixar de ser, a intensa produção de lixo e sua disposição final no extremo limite da cadeia produtiva. Além disso, classifica-se o despreparo dos destinos turísticos para lidar com os danos como o ponto crucial deste problema claro.

Isto posto, Mastny (2002), descreveu dados da Organização Internacional do Trabalho que qualifica o trabalhador da indústria turística como aquele que ganha 20% menos que o trabalhador comum, entre os quais 46% são mulheres, e, 19 milhões são crianças menores de 18 anos.

Este, como muitos outros apontam para uma dura realidade em que, os impactos derivados da recepção de pessoas conclamam a academia para pensar soluções de amplo

espectro, para que, no mínimo, se estruturarem novos Bacharéis em Turismo melhor qualificados para a pesquisa e o planejamento.

Entretanto, a maioria dos problemas, em especial os de ordem ambiental, por hora, permanece sem equação possível de generalizações para o sistema do turismo como um todo, mas antes, elege as populações locais para a cidadania responsável, imbuída de diálogo transparente em face dos conflitos claramente conhecidos.

Na verdade, o que está em questão são os modelos urbanos absorvidos pela sociedade contemporânea, que por sua vez, adota o lazer em Shoppings Centers, compras e bens materiais como sinônimos de bem estar, em detrimento de qualquer outra forma de entretenimento.

Por este ponto de vista já consagrado nos meios acadêmicos, as próprias destinações entendem a remodelação de suas paisagens autênticas, naturais ou construídas pela cultura local, como fonte inequívoca de turistas, e, portanto, lucro. Nesta linha Yázigi (2000) considerou a construção de mais um Shopping Center, todo metálico na Praia do Itaguá em Ubatuba -SP, como um marco fundamental da descaracterização da alma do lugar.

Se entendido como garantia e necessidade da sociedade pós - industrial que, em síntese, se ressentida da falta de segurança oriunda da violência urbana, ou ainda, condições de oferta de um lazer com “mais qualidade” e conforto, então, há que se refletir em profundidade sobre qualidade da sociedade em que se vive, e que, portanto, se produz o turismo.

Pelo exposto, muitas pesquisas científicas buscam caminhos, estratégias e metodologias para mudar os paradigmas sociais que, para este artigo, o entendimento está na ausência de lazeres urbanos nas fontes emissoras de turistas e não nas fontes receptoras, que, no entanto não podem prescindir da equivalência de preocupações na recepção de visitantes, sejam eles de qualquer natureza (excursionistas, turistas, veranistas ou outros).

Do ponto de vista da Educação Ambiental, há que se transformar a percepção dos turistas sobre o ambiente visitado para que se processem intuições e mudanças de valores, inclusive no comportamento das pessoas, não só durante a visita como também em seus retornos, tendo em vista que uma viagem tem o potencial de transformar a vida humana pela aquisição de cultura e observação de outras formas de comportamento.

Em se tratando da formação dos alunos de graduação em Turismo, revela-se de grande importância o diálogo e a delimitação clara sobre as funções clássicas de cada área, cujo envolvimento com o Turismo, em muito acrescenta no universo dos jovens.

Assim, conforme Mastny (2002) são funções clássicas do Turismo os deslocamentos, a hospedagem e o lazer. Nestes termos, segundo Yasoshima (2000) o Turismo, no Século XX, presenciou a inovação técnica mais contundente de todos os tempos, a saber, o automóvel, que contribuiu para a democratização do turismo dando a liberdade de viajar fora dos rígidos traçados das ferrovias, e também, barateando os custos das longas viagens de navio ou até as ainda caras viagens de avião.

A partir disso, Yasoshima entende que, a sensação de independência conferida aos viajantes condicionou a popularização dos equipamentos do receptivo, tais como os motéis (ou motor hotel), para hospedar aos motoristas e suas famílias durante os percursos. Não há como discutir a necessidade de liberdade e independência da natureza humana, no entanto, deve-se postular a interrogação sobre a ousadia para o acesso a áreas naturais protegidas, como também, a eventual resistência ao cumprimento, respeito e observação de regras e normas que visam à ética dos usos e costumes imanescentes de cada localidade turística.

O homem do Século XX tornou-se mais independente, autônomo em suas decisões e iniciativas, entretanto, não se tornou mais generoso ou solidário. Ao contrário, retrocedeu nas relações sociais talvez como forma de autoproteção para suas próprias limitações relacionais e afetivas.

Não obstante tal fato, Yasoshima esclarece que, após a Segunda Grande Guerra Mundial, homens e mulheres que tinham trabalhado durante a guerra sentiam-se mais independentes; agora, queriam retornar aos campos de batalha na condição de visitantes. Não resta dúvida que os movimentos sociais, inclusive o das minorias excluídas, iniciados a partir da década de 1950 foram a base condicionante dos comportamentos sociais atuais. Houve conquistas positivas nas quais não se pretende retroceder; no entanto, há paradoxos sociais que se refletem no turismo, pois, como atividade social e humana, o turismo revela o universo cultural em que está contido bem como a sociedade que o promove.

Acerca disso, a Educação Ambiental foi pensada pela comunidade mundial como forma de refazer as relações entre

homem e natureza, pois, entendendo que a degradação da natureza só se dá mediante a degradação do ambiente humano, as metodologias atualmente conhecidas para o desenvolvimento dos trabalhos em Educação Ambiental são, em todas as medidas, interdisciplinares, tais como o Turismo, e também, entendida como alavanca para o desenvolvimento sustentável, pode-se recorrer ao exposto no primeiro princípio da Carta da Terra (outro produto da Rio 92), tal como narrado em Sachs (1993:97), os seres humanos são o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

## **A educação ambiental e sua contribuição para a sustentabilidade**

Em princípio, há que se delimitar estes dois conceitos antes que um seja tomado pelo outro. Nestes termos, sustentabilidade é uma ideologia que procura permear as relações sociedade e Estado, e assim, marca as atitudes dos cidadãos em seu meio.

Para Krause (1997), há que se ter uma sólida e diversificada formação alicerçada do saber que elabora uma reflexão crítica sobre o atual modelo de civilização agonizante. Para o autor, há uma frustração imensa quando da constatação do enorme fosso que separa a elaboração teórica e a retórica política das práticas sociais que desviam a humanidade de seus laços com o mundo da natureza.

Entendendo as responsabilidades da sociedade atual, o que se propõe é uma sólida reflexão sobre as demandas oriundas da depredação da natureza derivadas da ganância econômica, e que hoje, são mais perceptíveis pelo organismo social e mais tangível pelos tradicionais critérios de avaliação das ações governamentais.

Ao definir sustentabilidade, Krause a entende como um conceito muito mais amplo do que se pretende qualificá-lo, a saber, como um simples atributo de um tipo de desenvolvimento. Referenciando as necessidades do Século XXI, sustentabilidade é um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica do que existe e um propósito estratégico como processo de construção do futuro e no diálogo.

Mais concretamente, sustentabilidade é o desejo manifesto nas ações da sociedade em suas reivindicações e parcerias com os governos, que por sua vez, observando um cidadão mais esclarecido e participativo, tenderá a ser mais

transparente e construtivo no alcance de suas metas e propostas de políticas públicas para um organismo social mais saudável.

Para tanto, a sustentabilidade não se afirma como resultado, mas sim, como processo de transformação social, cujo escopo universal incorpora vigor emancipacionista porque surge no espaço da discrepância entre as instituições existentes e a emergência de novas idéias (Russo, 2002).

Além de fundador, a sustentabilidade é um conceito que integra e unifica. Produz desta forma, um impacto devastador sobre a noção tradicional de progresso, infinito e linear, perfeito e sem retornos ou perdas. Sustentabilidade, em linhas gerais, admite o humano como parte do processo e exclui, definitivamente, as urgências materialistas na relação custo-benefício do que se entende por bem viver.

Ademais, apaga a cosmovisão dualista que separa o homem da natureza, o mundo material do espiritual, a natureza da cultura, a razão da emoção, Deus do mundo. Não há mais separação entre progresso e humanismo universal porque se enuncia como cidadania ativa (Russo, 2002).

Para entender sustentabilidade como ideologia, é também preciso definir esse conceito, tendo em vista, que por trinta anos sob regime de exceção e com diálogo escasso para fundamentar do que se trata o termo ideologia, Chauí o define com espontaneidade.

Freqüentemente se ouve dizer expressões do tipo “partido político ideológico”, “é preciso ter uma ideologia”, ou ainda, “falsidade ideológica”. Essas expressões tomam a palavra ideologia para com ela significar “conjunto sistemático e encadeado de idéias”. Logo, confundem ideologia com ideário (Chauí, 2002).

Segundo Chauí (2002) o real e o total não são constituídos por coisas. A experiência direta e imediata da realidade leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas vindas da natureza ou da construção humana), isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais, oferecidos à percepção e às vivências. O real é constituído de idéias ou pelas representações das coisas e os significados que as diversas culturas lhes atribuíram.

Em sociedades divididas em classes, nas quais uma das classes explora e domina as outras, surgem idéias e explicações do real, como relações de causa e efeito. Essas representações são difundidas pela classe dominante para assegurar seu poder político, econômico e social.

Ocultada dos homens, essas idéias sobre como as relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política que produzem as experiências sociais e seus sentimentos, a esse ocultamento, denomina-se ideologia, e, por seu intermédio a ética toma corpo e se transforma em prática (Chauí, 2002), produzindo ações que atingem a toda uma sociedade.

Ao se denominar um modelo de desenvolvimento pelo adjetivo “econômico” e, ao se conotar uma sociedade como de “consumo” se está também aferindo suas formas condicionadas de interagir no meio circundante. Muito embora a sociedade industrial tenha proporcionado uma forma de agir, divisões em classes sociais e contribuído, por suas especializações, para a melhoria da condição de vida humana aumentando sua longevidade, hoje, na sociedade pós-industrial cujas formas de distribuir emprego e salário não encontram na indústria suas principais fontes, o homem que nela vive também se ressentido da necessidade de mudar.

Mudar, para qual forma de consumo? Ideologia, qual se há uma reformulação de forças presentes no mundo? Cidadão, sem consumo? Como usufruir dos benefícios da cidade se não for pelo uso do dinheiro? Cidade? Qual se todas parecem tão urbanas e iguais? Espaço social e dialógico ou espaço de negociações políticas atendendo a mais evidente natureza humana? Político? Como se, ao certo, não se sabe ou exercitou com clareza a cidadania para poder qualificá-la como o simples gesto natural de trocar informações, coisas, orações, como construir um brinquedo, o nome do bar da moda, o telefone de um amigo ou até a intenção manifesta de mudança do trajeto do percurso de um ônibus para melhor atender os usuários da linha?

Nestes termos, a primeira definição de Educação Ambiental teve âmbito internacional e foi adotada pela International Union for the Conservation of Nature (IUCN, 1971 apud Sato, 2002), que, enfatizou os aspectos ecológicos da conservação da natureza. Basicamente a Educação Ambiental estava relacionada à conservação da biodiversidade e dos sistemas de vida. A Conferência de Estocolmo em 1972 ampliou sua definição a outras esferas do conhecimento e, em Tbilisi 1977, internacionalmente mais aceita, definiu que:

*A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento de habilidades e modificando atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também*

*está relacionada com a prática de tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (Sato, 2002).*

Ante esse desafio, educar passa a adquirir novos significados no processo de construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. Esta é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio “local-global” e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade (Medina e Santos, 1999).

Para tanto, há que se propor novas fórmulas para promover a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento de projetos da área ambiental, tendo em vista não só as necessidades do futuro do planeta e da humanidade, como também, oferecer chances de se alcançar o aprendizado pela prática da Educação Ambiental, em cujo escopo se sedimenta a noção de sustentabilidade (Russo, 2002).

Como instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável, a Educação Ambiental deve promover de modo amplo e concreto, atividades e conteúdos programáticos que contribuam para a formação holística dos jovens profissionais.

Muito pouco é possível fazer sem que transformações mais amplas operem nas relações políticas entre o Estado, a sociedade e os mecanismos clássicos da democracia representativa (Krause, 1997). Sem que se amplie a consciência ambiental, sem que se busque uma reelaboração interdisciplinar dos saberes, sem que haja uma disposição pessoal e transparente para com o conjunto, não há Educação Ambiental, e por fim, não há sustentabilidade.

Isto posto, para que se “construa a cultura da sustentabilidade” como ideologia distante das utopias marxistas ou capitalistas, há que se observar alguns elementos essenciais, são eles:

1. Sólida consciência social em relação ao direito a um ambiente saudável e produtivo.
2. Reconhecimento universal quanto ao valor da biodiversidade biológica, de heterogeneidade cultural e do pluralismo político.
3. Respeito e ética.
4. Elevação da qualidade de vida e inclusão social.
5. Incorporação de uma dialética que não apenas opõe, mas que aproxima o particular do universal, o local do global, o individual e o coletivo.

## 6. Cidadania e seu saudável exercício.

É a cidadania ativa proposta por Vieira e Bredariol (1998). É também ter acesso à decisão política, ser um possível governante, um homem político. O cidadão tem direito não apenas a eleger representantes, mas a participar diretamente na condução dos negócios da cidade.

Com efeito, a prática da cidadania participativa ou ativa, depende da habilitação dos indivíduos para a participação da vida em comunidade, para que possam expandir a opinião pública, a opinião política e testar o julgamento, pois, a nova cidadania não deseja ser apenas uma nova forma de integração social, mas em primeiro plano, se pretende a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades e dos efeitos de seus atos perante a coletividade, posto que, esta é a única forma de romper com os “não-cidadãos” que preferem as relações de clientelismo, ou ainda, as relações de favor que embasam a cidadania regulada ou concedida que em nada contribuem para a formação da nova sociedade onde os cidadãos são reconhecidos e respeitados (Vieira e Bredariol, 1998).

Do mesmo modo, para que haja um trabalho de construção em Educação Ambiental, é necessário antes saber-se como membro de um grupo ou comunidade, para que assim, se possa desempenhar o papel de educador(a) pois, optar pela Educação Ambiental é, antes de mais nada, optar pela vida.

*A formação em Educação Ambiental leva a olhar a vida com novos olhos e a propor interrogações novas que vão desde a concepção do ambiente até a maneira de os indivíduos se situarem nele (Viezzer & Ovalles, 1995).*

## Educação ambiental e turismo

Em se tratando de Educação Ambiental, muitas vezes pode-se recorrer à legislação relacionada ao tema que identifica Educação Ambiental em níveis pretendidos para o alcance de resultados e, obviamente, público-alvo a que se destina. Em qualquer das hipóteses, o método interdisciplinar procura sempre atender ao pressuposto de que, a divulgação e o esclarecimento, não só dos danos atuais, como também as possibilidades de danos futuros provenientes das ações humanas podem efetuar impactos definitivos na natureza.

Assim sendo, a Educação Ambiental formal, procura alcançar resultados concretos e objetivos em ações ou projetos tais como reciclagem de lixo, coleta seletiva, replantio

de mudas, despoluição de águas de qualquer natureza (fluviais, marinhas ou lacustres), e com isso, pretende alcançar metas objetivas. Ou seja, tantas toneladas de lixo a menos nos lixões, tantas latinhas de alumínio recicladas em um período previamente escolhido, ou ainda, tantos metros cúbicos de água limpos ou economizados em tempo determinado.

Para tanto, devem existir profissionais capacitados para lidar com uma comunidade ou público-alvo em projetos escolares ou projetos de gestão ambiental. Assim, os documentos de Certificação Ambiental da linha ISO 14000 como forma de gestão, industrial ou não (tais como em indústrias, prefeituras ou mesmo em hotéis pelo gerenciamento tipo ECOTEL) têm em seus selos o controle total e absoluto de todo processo de produção, consumo e destino final do produto consumido, e, a garantia de que não poluem ou causam danos à natureza.

Desse modo, o programa ECOTEL certificou 23 hotéis na América Latina, 7 nos Estados Unidos e México, 5 no Japão e 1 na Índia, atribuindo de zero a cinco globos como base no compromisso ambiental, gestão de lixo, eficiência energética, conservação da água, Educação Ambiental e compromisso comunitário. Os hotéis passam por inspeções a cada dois anos, podendo ocorrer inspeções aleatórias. Este é um projeto do grupo de consultoria turística HVS International. Nesta linha, existem casos bem sucedidos tais como Hilton International, Singapore Marriot e Tang Plaza, Sheraton Rittenhouse, Hotéis e Resorts Inter-Continental e Holiday Inn Crowne Plaza entre muitos outros (Mastny, 2002).

Por outro lado, existe a Educação Ambiental não-formal, muito utilizada no Turismo sob a forma de Ecoturismo. Neste, os resultados esperados não são objetivos, pois dependem do público praticante e da equipe que promove a viagem. Assim, é necessária a formação em Educação Ambiental para monitores e guias, não só para as questões técnicas como primeiros socorros e ecologia básica para entender e interpretar a natureza. É de fundamental importância que tais profissionais entendam os objetivos de sensibilização da Educação Ambiental para melhor contemplar o trabalho de interpretação ambiental ou da natureza, e, definitivamente, somar pontos no corpo da sociedade para mudanças de paradigmas nas formas de relações humanas e padrões de consumo.

Muitas vezes, auxiliar no processo de Educação Ambiental no âmbito do turismo está na simples distribuição de folhetos

explicativos, atendendo ao PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) que alia escolas das destinações turísticas e operadoras de turismo tais como o caso relatado abaixo.

*Cerca de 65% dos peixes do mundo vivem junto aos recifes de coral da zona tropical dos oceanos. E, das 350 espécies de coral, 18 ocorrem na costa brasileira – oito são endêmicas -, numa extensão que soma cerca de 3 mil quilômetros, do Maranhão ao sul da Bahia. São os únicos recifes do Atlântico Sul e têm importância econômica como fonte de recursos pesqueiros ou atrativo para o ecoturismo. Agora o Ministério do Meio Ambiente lança uma campanha para conscientizar a população sobre a importância dos recifes, ameaçados por atividades como coleta de peixes para aquários, ocupação ilegal do litoral e desmatamento costeiro. “As unidades de conservação de áreas recifais estão recebendo material educativo, como livretos e cartazes, para ser usado em escolas, prefeituras e operadoras de turismo”, explica a engenheira de pesca Ana Paula Leite Prates, coordenadora da campanha (Shirts, 2002)*

Muito embora seja uma ação bastante superficial, ela atende às postulações da Educação Ambiental, tendo em vista que, sensibilizar é o primeiro passo para a mudança. Sua reprise e insistência na questão do respeito ao diferente, na compreensão de que áreas naturais intocadas estão, em sua maioria, ilhadas pelo ambiente urbano na medida em que as cidades são mesmo os ambientes mais numerosos na atualidade e que, a inexistência de parcerias entre promotores do turismo, visitantes e órgãos gestores de tais unidades visando amplificação da vida recrudescem os impactos, então, se estará consolidando mesmo a sensibilidade capitalista como foco ideológico para o Século XXI.

## Considerações finais

É preciso encontrar formas estratégicas para que as culturas locais recebam mais acolhimento e respeito do Turismo, pois, ou o Turismo ou a Indústria Turística, banalizam as culturas locais mediante o ciclo de atenção turística.

É preciso que se encontrem diretrizes internacionais na Agenda 21 do Turismo, mesmo porque, as Certificações Ambientais utilizadas pelo turismo atendem aos padrões necessários não só ao ambiente sanitário como também à saúde humana. Todavia, parâmetros oriundos das próprias matrizes do turismo para a ecologia e meio ambiente, não existem.

É preciso coerência nos processos de decisão, formulação madura e atuante de Conselhos Municipais para que toda comunidade envolvida participe do processo de

decisão, e ainda, entender melhor os papéis sociais delimitáveis entre comércio, trabalho, turistas e comunidade receptiva.

Por fim, a grande contribuição da Educação Ambiental no Turismo é caracterizar que são as formas de lazer que devem ser mudadas pelo princípio da sustentabilidade, pois, é pelo lazer que se expressa a busca do paraíso na Terra. Paraíso este que depende muito mais das relações humanas do que propriamente forças divinas, já que Deus, só pode falar aos ouvidos e corações que sabem ouvir e sentir.

## Agradecimentos

Meu agradecimento especial para Jorge Adriano de Carvalho por suas contribuições pessoais neste trabalho.

## Referências

- BARRETO, M. 2000. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas: Papyrus, 9ª edição.
- BENI, M. C. 1998. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC.
- BRASIL. 1999. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MEC.
- BRUNDTLAND, C. 1991. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CHAUÍ, M.S. 2002. O que é Ideologia? São Paulo: Brasiliense.
- GUTIERRE, J. 2002. Comunicação Verbal da Assessoria de Imprensa da Floresta Nacional de Ipanema – Iperó - SP-IBAMA.
- KRAUSE, G. 1997. A Natureza Revolucionária da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, pp.15-19.
- LE PRESTE, P. 2000. -Ecopolítica Internacional. São Paulo: SENAC.
- MASTNY, L. 2002. Redirecionando o Turismo Internacional. In: FLAVIN, CHRISTOPHER. O Estado do Mundo 2002. Especial Rio+10. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica/UNESCO, 5: 117- 146.
- MEDINA, N.M. & SANTOS, E.C. 1999. Educação Ambiental. Uma Metodologia Participativa de Formação. Petrópolis: Vozes.
- RUSSO, C.R. 2002. (Eco)Turismo e Educação Ambiental. FLONA Ipanema e as Viagens Aula com os alunos de Graduação UniABC: Um Estudo de Caso. In: Cadernos UniABC, Biologia, 27: 45. Trabalho apresentado no VIENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local – Campo Grande – MS – GT 03 – Ensino, Turismo e Educação Ambiental.
- SACHS, I. 1993. Estratégias de Transição para o Século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel/fundap.
- SATO, M. 2002. Educação Ambiental. São Carlos: RIMA.
- SHIRTS, M. 2002. Os Recifes na Mira. São Paulo: Abril. In: Revista National Geographic, Diário da Terra, Ambiente, p.18.
- VIEIRA, L. & BREDARIOL, C. 1998. Cidadania e Política Ambiental. Rio de Janeiro: Record.
- VIEZZER, M.L. & OVALLES, O. 1995. Manual Latino-Americano de Educ-Ação Ambiental. São Paulo: Gaia.
- YASOSHIMA, J.R. 2000. O Desenvolvimento Histórico das Viagens e do Turismo. Santo André: Universidade do Grande ABC. Caderno UniABC de Turismo, 4:7-14.
- YÁZIGI, E. 2000. A Alma do Lugar. São Paulo: Contexto.